

O DECLÍNIO DO CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO: IMPLICAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA NO BRASIL

*Marcello Baquero**

Resumo: Um dos temas que tem preocupado crescentemente os cientistas políticos diz respeito ao conceito de capital social. Embora existam controvérsias, sobretudo em relação a como este capital é formado, vários estudos tem mostrado a importância de compreender esse aspecto, principalmente no que compete a sua influência para a estruturação de uma cultura política mais democrática e eficiente. No caso do Brasil, as pesquisas sobre este tema são quase inexistentes. Nesse sentido, esta pesquisa examina longitudinalmente como o conceito de capital social tem sido construído, no contexto da globalização, e qual seu impacto na crença dos cidadãos nas instituições democráticas e a sua influência na estruturação de uma cultura política permeada por valores e práticas participativas e de fiscalização da coisa pública.

Palavras-chave: Globalização, Declínio de capital social, Democracia, Estado, Brasil.

INTRODUÇÃO

Já faz algum tempo que o aparente consenso sobre as virtudes do mercado na construção de uma cidadania mais ampla e participativa, deixou de existir. A maior parte dos estudos produzidos sobre democratização de um tempo para cá convergem para a idéia de que é necessário rever os mecanismos de mercado e reinventar a sociedade civil, não só no sentido nacional mas transnacional.

Sem dúvida que o processo de globalização alterou significativamente a matriz de relações sociais intra e entre países. Como conseqüência, muitos dos conceitos que orientavam nossa compreensão dos fenômenos sociais parecem não ter pertinência para a compreensão de fatos novos e não previstos pelas teorias políticas convencionais. É o que se denomina da crise de denominação (Rosanvallon, 1996).

Dois aspectos são importantes nessa discussão: o primeiro diz respeito ao impacto da globalização nas estruturas internas de cada país, tornando-os mais ou menos vulneráveis as leis do mercado e, conseqüentemente alterando a forma como os governos se posicionam diante das políticas internacionais e, em segundo lugar o declínio do capital social, paradoxalmente, num momento em que se exige a revalorização da sociedade civil.

Um país que se enquadra dentro deste dilema é o Brasil, o qual por um lado, apresenta índices moderados, porém significativos do ponto de vista econômico, ou seja, de crescimento econômico e produtividade, ao mesmo tempo que no campo social as condições se agravam, as diferenças sociais se aprofundam e o conflito social cresce.

Para tentar compreender esse descompasso, este trabalho se propõe a examinar porque o processo de globalização é muito mais danoso para os países em desenvolvimento, particularmente o Brasil, e como decorrente desse processo, o capital social (capacidade associativa) que já era precário se deteriora, ainda mais, levando a institucionalização de uma cultura política fragmentada, apática, desconfiada e passiva.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A GLOBALIZAÇÃO E O ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Em primeiro lugar o próprio conceito de globalização tem sido aplicado indiscriminadamente a diversos campos e fenômenos. Inicialmente, foi utilizado preponderantemente na área econômica. No caso da América Latina, estes países não só foram submetidos a flutuações da economia internacional, mas seu desempenho em relação ao crescimento e emprego, embora superior a década de 80, não tem conseguido erradicar problemas sociais endêmicos e comprometedores da sua construção democrática. Dessa forma, os debates sobre a globalização negligenciavam outras dimensões que também são impactadas por ele. Assim, foi somente após a materialização dos efeitos negativos desse processo que se passou a examinar suas implicações no campo político, cultural, social, tecnológico e ideológico.

Na dimensão política as mudanças na cultura decorrentes desse processo incidem tanto na política internacional quanto na forma, valores, atores e mecanismos da vida política interna dos países industrializados e em desenvolvimento.

Os efeitos desse processo implicam num amplo espectro de conseqüências que vão:

- (1) desde a reafirmação da integração cultural via tradicionalismo que caracterizam seus conteúdos messiânicos;
- (2) o fortalecimento do étnico-territorial e religioso;
- (3) o desejo indiscriminado de alcançar o estilo de vida das sociedades industriais ocidentais a "qualquer custo"
- (4) uma crise de representação política; e,
- (5) a fragmentação da democracia de massas.

Essas tendências, tem gerado crises de identidade, crises de natureza política, e crise no campo da sobrevivência econômica dos setores mais vulneráveis da sociedade civil. Enfrenta-se, atualmente, uma situação de deterioração do contrato social e o surgimento de instituições para estatais que geram instabilidade permanente. Para tentar compreender o impacto da globalização em diversos países com níveis diferenciados de desenvolvimento econômico e político é necessário fazer uma incursão retrospectiva na história, especificamente na origem e evolução do chamado Estado Moderno.

Como se sabe uma das características do pensamento político latino-americano é sua dependência das estruturas conceituais que geradas em contextos específicos, não encontram condições análogas em outros contextos. Este é o caso da origem e da evolução do Estado na América Latina, onde se verifica que as Ciências Sociais tem recorrentemente utilizado a experiência da origem e desenvolvimento do Estado Europeu como uma matriz explicativa do desenvolvimento latino-americano.

Embora existam esforços acadêmicos no sentido de resgatar as especificidades do continente latino-americano, continua a prevalecer a idéia de que esta região é uma extrapolação histórica da Europa. Decorrente dessa situação institucionalizou-se nos meios acadêmicos o pressuposto de que era válido aceitar a compreensão textual das interpretações européias da realidade social.

Nesse sentido, constata-se que a maioria dos estudos se orientavam no sentido de interpretar textualmente as idéias, baseado no pressuposto de que o texto é o único objeto e auto-suficiente de explicação, produzindo uma mistificação de livros e autores que se consideram e são considerados por parcela da comunidade acadêmica que gera intersubjetividade, como sendo suprahistóricos. A conseqüência não poderia ser outra senão o desenvolvimento de um conhecimento reativo, o qual negligencia as características estruturais de cenários diferentes. Assim, a distancia entre teoria e prática se mantém inalterada, gerando a já conhecida crise dos paradigmas.

Naturalmente que isto não significa dizer que o conhecimento das condições contextuais de sociedades diferentes sobre as quais foram geradas determinadas teorias, não devam ser analisadas. Pelo contrário, essas experiências devem ser empregadas para identificar as especificidades da América Latina, porém devem ser examinadas como evidência contrafactual.

Assim, no que diz respeito a globalização, entendida em termos gerais, sinaliza uma tendência de como o Estado nação contemporâneo se organiza em torno de eixos de poder transnacional.

Os estados europeus surgiram com a capacidade de conter territorialmente os fatores que determinavam sua própria evolução e desenvolvimento. A expansão da cidadania, fruto do desenvolvimento das classes sociais emergentes tiveram influencia decisiva no tipo de instituições políticas democráticas que se materializaram.

Por sua vez, as sociedades latino-americanas, por ocasião do surgimento do seu Estado, foram incapazes de determinar sua territorialização que viabilizasse a construção das suas próprias histórias, facilitando, dessa forma, uma vulnerabilidade no que diz respeito ao impacto de fatores externos na sua evolução.

Ilustrativo dessa dependência é que soberania que se pensava era a mais adequada para América Latina se constituiu numa representação conceitual da experiência européia.

Dessa forma, a influência da globalização nos processos internos dos países desta região, têm conseqüências muito mais negativas do que naqueles países com capacidade de deter o avanço da ideologia de mercado.

Como já é evidente, o poder transnacional decorrente da globalização apresenta sérias ameaças, inclusive naqueles países que conseguiram desenvolver esforços de traduzir o princípio de soberania numa capacidade real para criar e reproduzir sua própria história. A institucionalização das leis de mercado transnacional têm-se mostrado poderosa no que diz respeito a redução da capacidade do Estado moderno para criar e reproduzir identidades e comunidades nacionais com uma base comum em aspirações e memórias coletivas.

Nesse sentido, constata-se um impacto causal da globalização no desenvolvimento político latino-americano. Como conseqüência, os problemas sociais aumentam e a dimensão democrática é desvalorizada na medida em que retira da sociedade civil a capacidade de influir nas funções e prioridades do Estado bem como diminui o potencial do Estado em controlar o funcionamento do mercado. Os resultados são evidentes: desemprego em massa, concentração de renda e aumento das desigualdades sociais.

Se esse impacto que também se constata nas sociedades cuja história mostra sociedades civis fortes (Europa), que lutam para conter os impactos negativos da globalização, em países como os da América Latina, é ainda maior, visto que esses países não têm conseguido, ao longo de sua história, e, muito menos atualmente, desenvolver mecanismos que possibilitassem a territorialização de suas próprias histórias nacionais gerando uma soberania análoga aos países mais desenvolvidos.

Por outro lado, com a globalização o Estado tende a se desligar socialmente de seu espaço territorial, levando a que os espaços públicos sejam autônomos da ação do Estado e a consolidação de sociedades civis organizadas perdem efetividade como bases para o desenvolvimento e defesa dos direitos dos cidadãos.

A capacidade para controlar os fatores que determinam sua própria evolução se reduz significativamente nos países latino-americanos, cuja história tem sido de uma dependência econômica histórica e, atualmente, em relação ao mercado global sobre o qual tem pouca ou nenhuma influência. Alguns autores têm caracterizado essa situação como um retorno a uma nova modalidade de neocolonialismo (Casanova, 1998). Outrossim, existe evidência sobre os efeitos danosos da mobilidade do capital financeiro e a forma como reduz a capacidade de qualquer nação na América Latina em controlar o mercado e a economia.

O impacto da globalização, portanto, na esfera político-cultural, nos nossos países tem sido altamente negativa. Giddens (1990), resumiu bem essa situação quando afirma que esse processo levou ao colapso do sistema social, gerando rupturas nas identidades coletivas tradicionais e levando a estruturação de relações sociais cujos parâmetros estão fora das fronteiras locais e nacionais. Isso tem resultado na emergência de um comportamento político segmentado e individualizado. No caso latino-americano a conseqüência tem sido a cristalização de um Estado com altos índices de soberania doméstica (imune às pressões da sociedade civil e condicionado por fatores externos), que exclui dos benefícios do mercado grande parcela da população levando a uma instabilidade política permanente. Nesse contexto, as relações de confiança macro-sistêmica (Estado- Sociedade civil) se deteriora filtrando para as relações micro comprometendo o processo de construção democrática.

No caso brasileiro, este paradoxo está presente no cotidiano das relações sociais em todos os níveis e cresce o sentimento de fatalismo na sociedade civil e a idéia de que poderemos estar assistindo a uma Segunda grande crise¹ de erosão das relações sociais que poderá levar perigosamente para caminhos para-institucionais já tradicionais em um país cujo passado recente é de autoritarismo.

A ESTRUTURAÇÃO DE UM ESTADO AUTORITÁRIO

A história brasileira se caracteriza pela luta, por um lado, para instaurar uma democracia no país e a vigência de um estado com uma ideologia autoritária. Uma corrente intelectual que se posicionava favoravelmente a um pensamento político autoritário, em virtude de seu desprezo à capacidade cognitiva e de ação dos cidadãos pode ser encontrado nos escritos de Oliveira Viana (1951) e Azevedo Amaral (1951), para mencionar os mais significativos. A materialização dessa ideologia e pensamento autoritário se deu institucionalmente na ditadura do Estado

¹ A primeira grande crise foi o colapso da ordem social na Europa Medieval desde o dismantelamento do Império Romano, produzindo a deterioração territorial da Europa e o surgimento da Igreja Católica como poder continental.

Novo. Os resultados dessa ideologia foram visíveis na estruturação de uma sociedade de massas passiva, indiferente e vulnerável a apelos demagógicos e populistas. O papel da sociedade civil, neste contexto, se dava no sentido de referendar o que já havia sido decidido pelas lideranças. Com o advento do populismo, a situação estrutural das massas pouco se modificou. Embora o discurso populista fosse no sentido de valorizar a participação política e o ser humano, a estrutura das relações de poder não se alterou. A sociedade civil continuou a manter uma posição de subserviência e com poucos incentivos à mobilização.

Os ganhos na dimensão da sofisticação política não foram proporcionais aos ganhos em outras esferas, tais como: estabelecimento de leis trabalhistas e os avanços no reconhecimento da sociedade civil. Nas décadas de 60 e 70, com o advento das modificações das intervenções militares que assumem um novo papel no sentido de tentar permanecer no poder permanentemente, levou a que se privilegiasse a dimensão técnica em detrimento dos fatores sociais e políticos. Institucionalizou-se a tecnocracia como forma de governo. Essa modalidade foi altamente negativa na estruturação de um sistema representativo. Pelo contrário, houve uma orientação intencional de desvalorizar as instituições intermediárias de mediação política (partidos e sindicatos), não propiciando uma base capaz de gerar credibilidade na política. A sociedade civil novamente ficou à margem da evolução política.

A recuperação gradual da democracia no país trouxe esperanças e expectativas positivas em todas as áreas. Esperava-se que a longa espera por regimes democráticos e popularmente eleitos teria seus frutos no estabelecimento de uma sociedade participativa e fiscalizadora. Os altos índices de aprovação atribuídos pela opinião pública, ao governo entrante, materializava essas expectativas. O resultado, entretanto, não correspondeu à essas esperanças. Com exceção de poucos períodos, a imagem política se manteve sempre no lado negativo. A institucionalização explícita do modelo neoliberal enterrou de vez as esperanças de construção de uma sociedade integrada e que valorizasse as instituições políticas democráticas. O que se observou foi um desmantelamento dos sindicatos, a subserviência do Legislativo ao Executivo, particularmente devido ao uso excessivo e indiscriminado de medidas provisórias (MPs) comprometendo o processo de representação política e o declínio dos partidos políticos.

A onda de denúncias que tem caracterizado o país nos últimos tempos sobre procedimentos ilícitos de várias figuras públicas e a corrupção generalizada, aliada a uma impunidade explícita acentua ainda mais a descrença e desilusão dos cidadãos com a política, suas instituições e seus representantes eleitos. Constata-se um descompasso entre os avanços tecnológicos e os avanços na dimensão social e política.

É óbvio, ao mesmo tempo, que não se pode desprezar alguns acontecimentos históricos significativos nos quais a sociedade brasileira teve papel fundamental (marcha pelas diretas, movimento dos cara pintadas), porém o que tem prevalecido estruturalmente é um antagonismo e hostilidade dos cidadãos com relação à política.

Assim, de maneira geral, do ponto de vista da estruturação da sociedade e o Estado brasileiro, a história mostra que o que tem prevalecido é o caráter autoritário deste último, gerando uma comunidade civil que mesmo se mostrando favorável ao sistema democrático num sentido difuso, paralelamente tem gerado um descontentamento e desconfiança generalizada, sendo os seguintes os principais aspectos:

- (1) temor do futuro;
- (2) os avanços tecnológicos não têm alcançado os mais necessários;
- (3) a nova ordem econômica é mais perversa que no passado;
- (4) a democracia enquanto valor, parece estar perdendo seu apelo simbólico.

Esses elementos, por sua vez, geram comportamentos na sociedade civil que se caracterizam por:

- (1) individualismo;
- (2) fragmentação;
- (3) perda de identidades coletivas;
- (4) desconfiança nas instituições políticas; e,
- (5) declínio de capital social.

Todos esses fatores podem ser sintetizados num processo que, no meu ponto de vista, está em andamento no Brasil e que diz respeito a desilusão com a democracia.

A DESILUÇÃO DEMOCRÁTICA

Por muito tempo a relação entre o declínio da confiança política e o declínio da participação política (absenteísmo, pouco interesse por política, valorização da antipolítica e baixos índices de identificação partidária), era visto como algo normal ou conjuntural. Pressupunha-se que essa relação era algo cíclico, fazia parte da construção democrática e não afetava significativamente as raízes da democracia e nem tampouco comprometia sua evolução e institucionalização. Estudos empíricos levados a cabo recentemente têm constatado que do ponto de vista nas atividades políticas, a diferença entre os que confiam e os que não confiam na política era insignificante (Citrin, 1974).

No que diz respeito a credibilidade na política, existe consenso que sua ausência se manifesta claramente em três dimensões:

- (a) predisposições negativas dos membros da sociedade a sonegar impostos;
- (b) distanciamento da política e tendências crescentes de desobediência civil, hostilidade, e;
- (c) a médio e longo prazo a ausência desses recursos pode contribuir para manter a democracia numa situação de permanente instabilidade.

A consequência desses fatores pode se dar no campo da construção de valores antidemocráticos.

O significado destes valores, entretanto, deve ser qualificado. Ou seja, valores em relação a que? Neste trabalho, os valores são examinados do ponto de vista das atitudes das pessoas em relação a vários componentes da democracia, partidos, instituições, política, e, mídia. Parte-se do princípio de que se as pessoas valorizam as instituições políticas, acreditam nos partidos como mediadores eficientes de suas demandas e demonstram predisposições positivas em relação a formação de grupos, a possibilidade de gerar valores simbólicos de lealdade e fidelidade às instituições que representam a democracia num sentido difuso serão reforçadas. Esses valores assim construídos se constituem em capital político que os governantes detêm para propor e aplicar suas políticas públicas mesmo que elas sejam dolorosas a curto prazo. Ao contrário, se as predisposições são negativas, o resultado pode ser a instabilidade permanente, falta de credibilidade e, em última análise, falta de legitimidade. Este parece ser o caso da sociedade brasileira.

Na dimensão econômica, constata-se uma modalidade de crescimento econômico que acentua a exclusão social, paradoxalmente, num momento em que a produtividade cresce sem precedentes. Assim, se por um lado, o desenvolvimento tecnológico cria um setor privilegiado em termos de renda e posição social, a grande maioria entra num novo Lumpem-Proletariat que não são incorporados pelo sistema e suas tecnologias. Esse fenômeno tem sido caracterizado por Shumpeter (1975) como o processo de destruição criativa, cuja característica se dá no sentido de que o desenvolvimento da tecnologia da informação tem aumentado a desigualdade e tem gerado altos índices de desemprego.

No caso brasileiro, essa situação resgata a necessidade de refletir sobre como a democracia pode prosperar num contexto de crescente desigualdade, aumento da miséria e da pobreza.

Não é por acaso que o índice da miséria e da pobreza tem aumentado significativamente, levando a uma situação de temor e incerteza dos cidadãos em relação ao futuro. O declínio da eficácia tradicional reivindicatória da classe média e dos sindicatos, tem levado a institucionalização da indiferença em relação à política e o surgimento de um senso agudo de anomia. O resultado tem sido o surgimento de sociedade intraconflitiva, porém em relação ao Estado, atitudes de pouco confronto. A capacidade de associação é mínima e com poucas probabilidades de sucesso.

Os meios de comunicação têm gerado uma imagem que mesmo quando a situação é precária das condições de vida dos brasileiros, quando comparada com outros países é considerada melhor. Assim, a percepção de uma situação pessoal comparativamente melhor a dos cidadãos de outros países, acaba redundando em atitudes de conformidade e passividade, típico de uma cultura política fragmentada e com pouco capital social.

A ausência de capital social num contexto de globalização, tem levado a uma perda das já precárias identidades partidárias, institucionalizando-se a desconfiança como fator preponderante. A esse respeito Paramio (2000:5) tem argumentado que "los partidos podrían ganar las elecciones, pero no la confianza de los electores, en la medida en que estos no reconozcan ni hagan suyas las prioridades de los partidos. Crecerá por el contrario la distancia entre la lógica de la gobernación y la lógica de las demandas individuales".

Este distanciamento é fruto de um grande descontentamento dos cidadãos com as expectativas criadas pelos governos da época da terceira onda.

A AUSÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL E A DIMENSÃO DEMOCRÁTICA

O conceito de capital social enquanto categoria analítica é recente e utilizada para definir um amplo espectro de situações. Embora o caráter polissêmico do termo capital social, as definições convergem para a idéia de que o capital social implica "um conjunto de expectativas institucionalizadas de que outros atores serão recíprocos à iniciativas de cooperação". (Boix e Posner, 1996).

A cooperação implica, portanto, o desenvolvimento da confiança interpessoal, o qual num contexto de globalização pode redundar em ações estratégicas que atenuem a crise social vivida pela maioria da população. Credita-se, por exemplo, o sucesso dos tigres asiáticos, na esfera econômica, a grande rede de capital social nas micro e pequenas empresas, enquanto que no Brasil, a política econômica tem virtualmente destruído o capital social na micro e pequena empresa.

Os cidadãos que ficam fora dos limites positivos da globalização acabam sendo mais vulneráveis à apelos demagógicos ou são mobilizados por fundamentalismos religiosos. Assim, a nova massa da sociedade civil, ao contrário do que no passado não consegue catalisar mudanças significativas na esfera política e ajuda a manter a democracia na sua dimensão formal.

Essa situação se agrava, em virtude dos fatos negativos que têm surgido nos últimos tempos, tais como: violação dos direitos humanos; o fato do poder estar excessivamente concentrado no executivo; e, a imagem de corrupção generalizada que os partidos, o judiciário e os executivos têm transmitido para à população.

Esses elementos que não são privilégios do Brasil, estão gerando um processo crescente de alienação política na maioria da população. Constata-se um declínio dos partidos políticos como instrumentos efetivos de mediação e articulação de interesses, e ao mesmo tempo, cresce o desencanto popular com eles (Baquero, 2000).

No contexto da globalização, o público de maneira geral, está desarticulado e desorganizado. Prevalece uma situação em que os políticos continuam a defender seus próprios interesses em detrimento do coletivo. O público continua a ser manipulado com objetivos eleitorais. Nesse contexto, a falta de organização e a ausência de estrutura e princípios gera uma indiferença da sociedade civil.

Dessa forma, o que se pode depreender do período de democratização é que a democracia não pode funcionar indefinidamente na base da crise, da polarização e da mobilização política por qualquer tipo de organização. Eventualmente, governabilidade democrática exige um retorno à normalidade e não à apatia e retraimento, o que implica o retorno da sociedade civil à arena política.

Isso sinaliza para a necessidade da construção de uma comunidade cívica. O modelo de Putnam (1996) é essencial para compreender o papel de "capital social" e as "características de organização social" e da cultura, que possam melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas. Tanto para o desenvolvimento econômico como para o político, é essencial a cooperação voluntária e a organização em prol de objetivos comuns. A cooperação voluntária é facilitada pela confiança interpessoal e as normas de reciprocidade e essas orientações culturais por sua vez são promovidas por **redes de envolvimento cívico**, na qual os cidadãos se juntam como iguais numa interação horizontal intensa".

A chave é, se a vida associacional está estruturada horizontalmente de tal forma que gere confiança, cooperação, fluxos livres de comunicação e normas gerenciais robustas de reciprocidade, a sociedade civil se fortalece e pode desempenhar papel efetivo de fiscalização da coisa pública. Porém, se existe hierarquia e as suspeitas são o *modus operandi* dentro das organizações, a cooperação se torna difícil, tanto entre os membros da organização, quanto em relação aos membros de outras organizações. A polarização, a intolerância e o confronto inconsequente se instalam.

O conceito de capital social proposto por Putnam é valioso para compreender porque organizações que podem ser consideradas (e certamente se consideram) parte da sociedade civil, no entanto, fracassam no funcionamento efetivo para o desenvolvimento da democracia.

Uma associação pode ser mais ou menos autônoma do Estado, voluntária, auto-sustentável e respeitosa das leis, porém ser altamente não democrática, paternalista e particularista nas suas normas e estrutura interna. Este é claramente o caso da maioria dos partidos no país.

É essencial também entender como uma organização gerência os próprios assuntos. Em que medida pratica os princípios democráticos do constitucionalismo, transparência, fiscalização, participação, deliberação, representação e alternância no poder. Pode uma organização ser capaz de representar os interesses de grupo, fiscalizar o Estado e

desempenhar outras atividades democráticas se não é internamente democrática? Obviamente que não, no seu lugar se institucionaliza uma forma inercial de funcionamento. As organizações existem, nesse contexto, num sentido formal e funcional, porém, sem credibilidade e pouca legitimidade.

Se, pelos próprios padrões estabelecidos pelo governo se perpetuam normas que penalizam o dissenso, exaltam o líder sobre o grupo, e limitam o exercício do poder, certamente isso se constitui num elemento que não contribui na construção de uma cultura política democrática.

Assim, se as práticas organizacionais são estruturadas tendo como parâmetros as comunicações recíprocas, respeito mútuo e obediência à lei, o resultado será uma motivação concreta para que a sociedade civil estimule os cidadãos a agir dentro dos princípios democráticos, gerando a solidificação da confiança social, tolerância e cooperação, ingredientes essenciais da construção da democracia.

Se, pelo contrário, estruturas descentralizadas da organização da sociedade civil, não forem fiscalizadas e reinventadas permanentemente podem destruir o capital social levando os cidadãos a uma interação face à face e em relação aos problemas próximos de sua comunidade. É necessário, trabalhar na ampliação da cooperação até o ponto que alcance a coletividade nacional.

Quando a densidade da vida associacional cresce, mais oportunidades reflexivas terá o cidadão comum, e maior o espectro ou interesses societários e atividades que encontrarão expressão organizacional. A proliferação positiva de associações na sociedade civil, redundando numa flexibilização das agendas especializadas e dos propósitos que não buscam meramente engolir a vida dos seus membros dentro do quadro organizacional.

Uma sociedade com capital social pode combater efetivamente o neo-patrimonialismo via uma maior fiscalização e mobilização política. A experiência mostra que quando estimulada, a sociedade civil pode alterar os rumos do país (por exemplo: impeachment do Presidente Collor de Mello).

Numa perspectiva de longo prazo, é necessário enfatizar a importância dos esforços sistematizados para construir capital social e realidades democráticas, bem como as normas e expectativas baseadas em objetivos comuns.

A primeira e mais básica função democrática da sociedade civil é a de proporcionar "as bases para limitar o poder do Estado; assim o como o controle do Estado pela sociedade". E assim, as instituições políticas democráticas se constituem nos meios mais efetivos de exercer esse controle. É necessário, reinventar os partidos políticos para um funcionamento mais efetivo e duradouro.

Também, os meios de comunicação desempenham um papel vital. A transparência é a pré-condição para a fiscalização e a reforma.

Outra função essencial da construção democrática da sociedade civil é a de suplementar o papel dos partidos políticos em estimular a participação política, aumentando a eficácia política e habilidades dos cidadãos democráticos e promovendo a agregação tanto dos órgãos quanto dos direitos dos cidadãos democráticos.

Num contexto de colapso de identidades coletivas, fruto da globalização, não existe maior ameaça à democracia do que a indiferença e passividade por parte dos cidadãos. Sua não participação na arena política viabiliza o sucesso de posturas e movimentos autoritários.

Assim, a sociedade civil é essencial pelo seu poder de socializar e institucionalizar não somente os hábitos de participação, interesses e habilidades da cidadania democrática, mas os valores mais profundos de uma cultura política democrática, tais como: tolerância, moderação, predisposições de compromisso e respeito pelos pontos de vista contrários.

Se a sociedade civil vai ajudar a desenvolver e consolidar a democracia, sua missão não pode se resumir unicamente a observar, checar, criticar e resistir ao Estado. É fundamental ir além dos procedimentos convencionais democráticos. A inclusão de movimentos sociais e outras organizações como complemento as organizações de intermediação tradicionais (partidos) devem se complementar para consolidar a democracia e sua eficiência.

Da mesma forma que relações horizontais de confiança e reciprocidade são os blocos constitutivos de comunidade cívica, as relações verticais de autoridade e dependência, plasmadas nas redes patrão-cliente, são os blocos constitutivos da comunidade não cívica e uma cultura política fragmentada.

Aumentando a fiscalização, a responsabilidade, inclusividade e efetividade, a legitimidade do sistema político pode se consolidar. Uma sociedade civil ativa, participante e fiscalizadora gera nos cidadãos respeito pelo Estado e um envolvimento positivo com ele. O resultado é a melhoria na habilidade do Estado para governar e exigir obediência voluntária dos seus cidadãos. Algumas experiências locais apontam nessa direção. Outrossim, juntando as pessoas em combinações infundáveis para a diversidade de propósitos, uma vida associacional rica pode, não simplesmente multiplicar as demandas em relação ao Estado, mas também pode multiplicar a capacidade de grupos a defender seu bem estar, independentemente do Estado, especialmente no nível local.

OS DADOS

Como ponto de partida nos interessou examinar se, num sentido longitudinal, a evolução do número de pessoas que pertencem a alguma associação aumentou ou diminuiu.

Os resultados iniciais da pergunta "você pertence a algum tipo de associação" foram surpreendentes numa cidade considerada como altamente politizada. De 1989 à 2000 o número de pessoas que responderam afirmativamente foi de 2%. Se se leva em conta que durante este período estabilizou-se a economia, houve a institucionalização dos procedimentos relacionados com a dimensão eleitoral, houve um crescimento impressionante de organizações não governamentais, é desalentador constatar que o número de pessoas que entraram em redes associativas foi quase nulo, indicando uma estagnação na construção de capital social.

Num segundo momento nos interessou examinar o perfil das pessoas que responderam afirmativamente a questão sobre pertencer a alguma associação, com vistas a determinar se, mesmo com o número reduzido de pessoas nessas associações seu perfil se alterou, ou não, ao longo de 11 anos.

TABELA I
PERFIL DEMOGRÁFICO DE QUEM PARTICIPA DE ASSOCIAÇÕES EM PORTO ALEGRE

Ano	1989	1992	1994	1996	2000
Sexo					
Masculino	22	23	31	33	27
Feminino	14	12	22	24	20
Renda					
1 - 3 SM	16	15	26	25	22
4 - 9 SM	47	39	51	49	45
10 -15 SM	52	51	52	52	47
Escolaridade					
Analfabeto	0	0	0	1	0
Primeiro Grau Incompleto	18	19	23	24	22
Primeiro Grau Completo	21	22	25	26	22
Segundo Grau	27	27	30	29	31
Terceiro Grau	42	41	45	45	44
Idade					
16 - 24	14	15	16	16	12
25 - 35	19	18	21	20	19
36 - 52	31	29	29	29	27
53 ou Mais	31	33	33	31	30
Total da Amostra	16	18	26	24	20

Fonte: Pesquisas Pré-eleitorais por amostragem em Porto Alegre, 1989 - 2000. NUPESAL - UFRGS.

Os dados da Tabela I evidenciam a fragilidade da sociedade civil, num Estado considerado como sendo um dos mais politizados do Brasil. Nota-se que o número de cidadãos que pertencem a alguma associação pouco evoluiu nos últimos 11 anos.

Indo de 16 membros em 1989 para 20 em 2000. A vida associativa, neste sentido, se mostra frágil e estagnada. Quando se examinam as variáveis demográficas, o perfil que se mantém ao longo do tempo é: os homens tendem a se associar muito mais do que as mulheres. Aqueles com rendas elevadas, com escolaridade superior e com mais de 30 anos participam muito mais de associações comunitárias.

Nesse sentido, não é de se surpreender que, ao longo do tempo, a ausência de capital social, pelo menos derivadas da ausência de capacidade associativa, pode estar influenciando nas avaliações que os cidadãos fazem da política e dos políticos em geral, como pode ser visto na Tabela II.

TABELA II
OPINIÃO SOBRE OS PARTIDOS POLÍTICOS

	1989	1992	1994	1996	2000
Inúteis	24	-	20	12	24
Prestam bom serviço	54	-	28	28	22
Indiferente	15	-	46	45	49
N:	600	-	480	680	600

Fonte: Pesquisas Pré-eleitorais por amostragem em Porto Alegre, 1989 – 2000. NUPESAL – UFRGS

Os dados acima são sugestivos de uma situação de pouco progresso longitudinal na avaliação de uma das instituições fundamentais da democracia na dimensão de intermediação política. Os partidos políticos são vistos a partir de 1994, com desconfiança e ceticismo. Obviamente, que existem exceções, porém o que nos interessou avaliar foi a dimensão mais ampla. A predisposição dos cidadãos em relação a essas instituições é preponderantemente negativa, ou seja, fica cristalizado, ao longo do tempo, o descompasso previamente aludido entre desenvolvimento tecnológico e desenvolvimento político, aqui entendido em termos de capacidade associativa.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Apesar dos percalços que países redemocratizados há pouco tempo, como é o caso brasileiro, tem que experimentar, é preocupante constatar que longitudinalmente a tendência é de estagnação na capacidade associativa das pessoas, numa época em que a fiscalização do Estado, suas instituições e seus representantes, passa pelo fortalecimento da sociedade civil. Mais preocupante é o baixo nível de institucionalização ou consolidação dos partidos políticos, gerando uma situação propícia para o surgimento e institucionalização de organizações parapolíticas que utilizam o assistencialismo como fator catalisador de identidades coletivas negativas e hostis em relação ao Estado e suas instituições.

Embora os dados devam ser aprofundados, eles sinalizam uma marcante ausência de capital social que poderá se materializar em altos índices de abstenção política em futuros pleitos eleitorais, ou uma tendência a anular ou votar em branco, levando o cidadão comum a progressivamente se afastar da política, comprometendo os ganhos democráticos nos últimos 15 anos.

Creio que um dos desafios que se coloca para os cientistas sociais é o de encontrar e materializar esforços que reduntem no resgate ou invenção de construção de identidades coletivas capazes de renovar e reforçar positivamente a construção da democracia. É, necessário trabalhar com todas as faixas etárias e perfis sociais para começar a estruturar novos parâmetros reais e específicos das nossas peculiaridades históricas que ficaram escancaradas, pela sua ausência, no contexto da globalização.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro. José Olympio, 1951.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crises da democracia na América Latina*. Porto Alegre. Editora Da Universidade UFRGS. 2000
- BOIX, Carlos e POSNER, Daniel. Making Social Capital work: A review of Robert Putnan's making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Harvard University Center for International Affairs. Working paper n. 96 (41), 1996.
- CASANOVA, Pablo Gonzalez. *O colonialismo global e a democracia*. Rio De Janeiro. Civilização Brasileira. 1995
- CITRIN, Jack. "Comment: the political relevance of trust in government". *American Political Science Review*. (1974) 973-88
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Stanford. Stanford University Press, 1990.

FITOUSSI, Jean Paul e ROSAVANLLON, Pierre. *A nova era das desigualdades*. Oeiras, Portugal. Celta Editora, 1996.

PARAMIO, Ludolfo. Sin confianza no hay democracia: electores e identidades politicas. Instituto de Estudos Avanzados (CSIC). Madrid. *Documento de Trabajo* N.98-03.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia. A experiênciã da Itália moderna*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalism, socialism and democracy*. New York. Harper Colophon Books, 1975.

VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro José Olympio. 1951.